

Janela sobre a metrópole órfica:

Júlio de Mesquita Filho e a cidade-mundo que habitou (1920-1932)

Francisco Adriano Leal Macêdo¹

Resumo: Este trabalho tem como mote situar em panorama o que significava ser e estar na cidade de São Paulo entre os anos 1920 e início da década de 1930. A base historiográfica para o texto é a tese de Livre docência de Nicolau Sevcenko “Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20”. Estuda a trajetória do jornalista Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal “*O Estado de São Paulo*”, compreendendo-o como um sujeito que fez esforços para definir a Nação que habitou. Diante da empreitada de capturar a realidade do país, buscou ultrapassar a tarefa do jornalismo, enveredando por uma trilha intelectual que o insere entre os chamados “intérpretes do Brasil”. O livro de Sevcenko possibilita o delineamento de um valioso palco a partir do qual fitamos através de várias janelas os mundos e a metrópole que o personagem central habitou. O foco é situado entre o início da década de 1920 até o ano de 1932, momento de construção de mitos a partir da invenção de noções temporais ou espaciais. A partir disso, observamos as convulsões desse período que causariam a implosão das estruturas ontológicas de sujeitos que habitaram essa “metrópole órfica”.

Palavras-chave: Júlio de Mesquita Filho. Intelectuais. São Paulo. Metrópole. Nação.

Abstract: This paper aims to situate in panorama what it meant to be and to be in the city of São Paulo between the 1920s and the early 1930s. The historiographic basis for the text is Nicolau Sevcenko's Free Teaching thesis “Orpheus Ecstatic in the metropolis: São Paulo, society and culture in the late twenties”. It studies the trajectory of journalist Júlio de Mesquita Filho, owner of the newspaper “*O Estado de São Paulo*”, understanding him as a subject who made efforts to define the Nation he inhabited. Faced with the endeavor to capture the reality of the country, it sought to surpass the task of journalism by embarking on an intellectual path that inserts it among the so-called “interpreters of Brazil”. Sevcenko's book makes it possible to outline a valuable stage from which we look through various windows at the worlds and the metropolis that the central character inhabited. The focus is between the early 1920s and the year 1932, the time when myths were built from the invention of temporal or spatial notions. From this, we observe the convulsions of this period that would cause the implosion of the ontological structures of subjects that inhabited this “orphan metropolis”.

Keywords: Julio de Mesquita Filho. Intellectuals. São Paulo. Metropolis. Nation.

Window on the Orphic Metropolis:

Júlio de Mesquita Filho and the world-city he inhabited (1920-1932)

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (2018) e mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Possui interesses em: História intelectual, trajetórias, poder, práticas políticas, e maneiras de pensar o Estado-Nação. E-mail: adrianolealmacedo@outlook.com

Considerações iniciais, ou nadando nas “margens do rio do tempo”

Os esforços em estudar os intelectuais que atuaram na cena política e social brasileira tomam como objeto de análise indivíduos dos séculos XIX e XX. As conclusões apresentadas possuem semelhanças e diferenças sutis, variando conforme a temporalidade e os conceitos que os preocuparam. Nesse ponto, e, como desdobramento de uma pesquisa anterior (MACÊDO, 2018), o personagem aqui estudado é um intelectual paulista que atuou no século XX através de livros publicados e editoriais em seu próprio jornal, a saber, *O Estado de São Paulo*. Trata-se de Júlio de Mesquita Filho², indivíduo cuja notoriedade familiar já vinha sendo consolidada desde o século XIX. Frente às fontes pesquisadas sobre o sujeito em questão, encontramos a “possibilidade metodológica de se trabalhar com a dimensão social do pensamento e das ideias dos atores, explorando-se fontes que indicam ‘pistas’ e ‘indícios’”³.

As questões sociais em que Mesquita Filho esteve imerso ao longo da sua atuação intelectual encontram aspectos lacunares e enigmáticos que, apesar de existirem diversas pesquisas que se debruçam sobre isso, não é escusado acatarmos a lição darntoniana em buscar novas respostas ou reflexões para problemas antigos. O que move esta análise é a vontade de saber o que se mostrará na lupa focada sobre a figura do intelectual paulista e quais brasis se refletiam em sua retina. A apropriação acadêmica das suas falas e de outros sobre ele, cruzadas, se não puderem demonstrar “como o Brasil se tornou o que é” podem ao menos produzir *insights* sobre os devires históricos da constituição da sociedade brasileira, dos preconceitos arraigados e das culturas políticas que a atravessam.

Depois dessa breve introdução, passamos a situar o personagem no tempo e no espaço. Nascido em São Paulo na última década do século XIX, o contexto da urbanização acelerada de 1890 a 1930 é exatamente o contexto em que Júlio de Mesquita Filho encontra as primeiras quatro décadas de vida. A vida que levaria a partir de então pode ser esclarecida seguindo as

²Júlio de Mesquita Filho nasceu na cidade de São Paulo no dia 14 de fevereiro de 1892, filho de Júlio César de Mesquita e de Lucila Cerqueira César de Mesquita. Seu pai foi advogado, deputado estadual na República Velha e proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, fundado com o nome de A Província de São Paulo por seu avô materno, José Alves de Cerqueira César, grande proprietário rural representante da lavoura cafeeira do Oeste Novo paulista. Sua irmã, Raquel Mesquita, casou-se com Armando de Sales Oliveira, interventor federal em São Paulo de 1933 a 1935, governador de 1935 a 1936 e candidato à presidência da República nas frustradas eleições de 1938. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Júlio de Mesquita Filho**. Verbete Biográfico. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>> acessado em 12 de jul. de 2019.

³A historiadora brasileira Angela de Castro Gomes argumentou que as novas abordagens da historiografia depois da década de 1980 lançou novos objetos e fundou novas interpretações da História do Brasil. Um exemplo dessa tendência é a história intelectual, ou história das teorias e dos sistemas de pensamento que manejavam a visão de mundo de sujeitos que se propuseram pensar a realidade nacional. Ver: GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004. pp. 157-186.

trilhas postuladas por François Hartog sobre os regimes de historicidade. Refletiremos a seguir sobre como um indivíduo ou uma coletividade se instaura na História, nas palavras de Hartog, “[...] regime de historicidade não é uma realidade dada [...]. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico” (HARTOG, 2014, p. 12), seja um homem público ou comum.

Janela sobre tempos “frementes”

Eduardo Galeano escreveu um livro intitulado *As palavras andantes*, cujos textos nele contidos chamam a atenção pela enigmática expressão “janela” em boa parte dos títulos: “Janela sobre a memória”, “janela sobre o corpo”, etc. Outro título cuja compreensão de início parece enigmática é “Orfeu extático na metrópole”, do historiador Nicolau Sevcenko. Este último texto versa sobre a cidade de São Paulo nos anos vinte. No subtítulo dessa inquietante obra, a *metrópole* é uma grande cidade em turbilhão; a *sociedade*, é composta de gente e uma multidão tantas vezes anônima de pessoas e rostos; a *cultura*, por sua vez, é criação, agenciamentos em meio às confusões e colonizações; *frementes*, o turbilhão dos anos loucos. Voltando a Galeano e pondo-o em contato com Sevcenko, podemos imaginar um encontro, uma nova conexão. Ela situa-se na dança cósmica, metáfora nietzschiana que remete ao perspectivismo; dessa maneira, olha-se a História a partir de várias *janelas*, evitando eleger uma delas como a vista mais verdadeira ou mesmo a única possível. É a filosofia da experimentação. Olhando através dessas janelas, busco ver o tempo que serviu de palco para a atuação de um indivíduo, mergulhado naquela imensa confusão de uma ordem de tempo nova em tantos aspectos, eventualmente conhecida como os “anos loucos”.

Júlio de Mesquita Filho esteve inserido nessa multiplicidade de durações que podem coexistir. Perseguimos o tempo não linear, que se efetua nos ritmos e tons diversos, indicando mobilidades e permanências de ideias, estéticas e desejos. Nesse palco de êxtase, a linguagem é enfeitiçadora, definindo consensos e tiranias. Seguindo a trilha teórica de Wittgenstein, a filosofia seria a luta contra os feitiços da linguagem sobre a inteligência. A questão da não linearidade narrativa de Sevcenko é uma estratégia de defesa que aprende com o próprio objeto, de não se deixar enfeitiçar pelas insidiosas armadilhas da linguagem. Desejamos também seguir essa valiosa lição. No que diz respeito a História, nem sempre as coisas carregam relações mecanicistas de causalidade, e os processos mais sutis e complexos se interseccionam sem relações de linearidade temporais. A prosa que cá propomos está atenta

ao disse o Evaldo Cabral de Melo sobre a dimensão *narrativa* da História, embora não um [apenas] “retorno” (SCHWARCZ, 2008, p. 161-162).

O panorama traçado é que, dentro das transformações estéticas do início do século XX, uma virada epistemológica entra em cena na forma de rupturas com os moldes do século anterior. Os valores universais ameaçam desmoronarem sob o peso dos cataclísmicos eventos que logo tomariam conta do mundo. A Primeira Guerra Mundial varre o consenso, solapa as certezas. A busca de novos valores instaura na sociedade paulista dos anos 1920 um mal-estar, assim como o estava sendo com os europeus. A questão em jogo era a própria sobrevivência do ser humano, atropelado por impulsos de mobilização dos sentidos que passavam a falar mais alto do que a cultura herdada, esta última que era desejosa de ordem social e controle acurado. A síndrome modernista tinha a ânsia de rompimento com referências estéticas obsoletas que imperaram durante o século XIX, então consideradas anacrônicas. O espaço é a metrópole em ascensão, São Paulo. Nos anos 1920, a cidade-metrópole São Paulo passa a ser palco de uma ofuscação da consciência e da memória. No êxtase de Orfeu referido por Sevcenko, “[...] é pela Diferença, é no diverso que se exalta a existência”. O livro avalia os custos “irredimíveis” da modernidade. Foi justamente com esses preços que Júlio Mesquita Filho esteve negociando, já que a sua cidade foi o palco de tudo isso.

Os remanejamentos dos referenciais culturais passavam a ganhar almas esculpidas a partir das notas sonoras de Orfeu. “A cidade viraria ela mesma o foco e a fonte da criação cultural, se tornando um tema dominante, explícita ou tacitamente, para as várias artes...” (SEVCENKO, 1992, p. 18). As cidades são ora pensadas como um lugar com potências revolucionárias e criativa, ora como um monstro (esfinge) que devora quem não a decifra, em todo um conjunto de ambiguidades e desorientações. “Para pronunciar o ineditismo dessa experiência” de habitar cidades e metrópoles, fazia-se necessária uma nova linguagem: “fluida, pontual, plástica, descontínua, multifária”. A linguagem milenar, antiga, se tornava obsoleta e não possuía mais o vocabulário para dizer a realidade profusa e estonteante da metrópole, suas usinas elétricas e outros apêndices da “cidade moderna”. Essa realidade intempestiva desfavorece a construção de referências estáveis. O tempo se acelera nas cidades. O ritmo é totalmente outro, e a memória perde a âncora.

No clima dos anos loucos, “um murmúrio de vozes da cidade revela, em contrapartida, é a perplexidade amplamente difundida, diante da nova equação de valores”. A aceleração do tempo e os frutos dessa euforia pós-guerra e pós- peste turvaria a inteligibilidade do mundo.

Faria um mundo que até então tinha contorno definido e transparente perder as fronteiras, que “só poderia ser entrevistado parcialmente, borrado, diluído e impreciso, sob o rebuliço das águas turvas” (SEVCENKO, 1992, p. 26). Nesse clima histórico de abertura dos anos loucos, todos vivem de maneira diferente a mesma experiência, “concentrada no mesmo setor do espaço público e no mesmo intervalo de tempo”. Fragmentação das percepções. Esse quadro é “revelador da nova sensibilidade que se vai definindo na cidade que cresce de maneira fenomenal”. Um sujeito na multidão dá ênfase à coesão da ação coordenada e coletiva, multidões de indivíduos se submetendo a experiências semelhantes, as mesmas motivações e estímulos para a ação; o outro, exalta a diferença, a distância de percepções entre sujeitos que participam das mesmas coisas. Essas percepções de análises, em aparência distantes, partem do mesmo padrão epistêmico e dialético: O que enfatiza a “identidade”, está buscando compor a multiplicidade sem padrão taxonômico. O que enfatiza a “diferença”, encontra excitação e se coloca de fora do carnaval que descreve e cria distâncias entre si mesmo e o que o rodeia (SEVCENKO, 1992, p. 28-29).

As narrativas jornalísticas perante os desastres naturais desvelam as desigualdades sociais. Nas grandes enchentes de 1919, os pobres são os alvos das inóspitas condições de existência nos lugares alagadiços. Cria-se um vácuo entre as pessoas de classes diferentes, que se afastam – em uma palavra – *indiferença*. Essa é “a disposição de estranhamento intrínseca ao processo de metropolização”. Os abismos sociais se tornavam atroz na cidade de São Paulo, enquanto os cronistas d’*O Estado de São Paulo* percorriam as vielas da cidade, tomando notas do mundo que se desdobrava diante de si. Como funcionários do matutino paulista, eram diretamente subordinados ao proprietário do jornal e então diretor, Júlio Mesquita. Logo seria a vez do seu filho sucedê-lo como diretor, tomando a responsabilidade que mais tarde narraria como uma missão. Júlio de Mesquita Filho afirmava que assumir a direção do jornal na década de 1920 foi uma “delicada missão”, que cumpriria mantendo a “linha de conduta que permitisse manter as tradições do velho órgão no plano elevado em que elas sempre pairaram, desde os dias mais remotos da sua fundação” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 68).

Isso acontecia num momento em que a identidade da cidade vazava e era um enigma para os próprios habitantes. Ninguém sabia muito a historicidade que possuía. Uma verdadeira amnésia coletiva, onde as pessoas lutavam para não serem devorados pela esfinge. Personagens mergulhados em um mundo em ebulição carecem com urgência de referências estáveis, inventadas a duras penas. Esse é o “eixo de solidez”, possibilidades existenciais que

dê base, “repertório capaz de impor sentidos em um meio intoleravelmente inconsciente”. A razão científica e liberal do século XIX se mostraria, em muitos casos, insuficiente. Nesse ponto, todavia, situo Júlio de Mesquita Filho como um insistente dessa tradição, que não teria aceitado de bom grado o vórtice desorientador da metrópole que causava êxtase e dissipava “as bases de uma cultura de referências estáveis e contínuas”. Como no trecho acima transcrito, falava em “manter as tradições”. Continuamos o passeio pela cidade em que o jovem Mesquita Filho então vivia.

O jovem Júlio de Mesquita Filho na “cidade cogumelo”

São Paulo enfrenta no início da década de 1920 enchentes sublimes – no sentido kantiano – de um processo em que os expectadores não entendiam de outra maneira que não fosse a partir de uma sensação por vezes angustiante de estar-perdido. Em uma palavra: inconsistência. Os murmúrios das ruas e de uma multidão sôfrega por sentidos, em polvorosa para reencontrar propósito. Sujeitos anônimos ou não que tentavam decodificar um mundo estranho, uma metrópole órfica de dimensões assustadoras. Escreve Nicolau Sevcenko que ainda não havia presente e futuro definidos, bem como o passado estava diáfano. Era como um imenso cogumelo que surgira misteriosamente depois de uma inesperada chuva. A torrente de sensações que desnorteia as subjetividades paulistanas perturba o *modus vivendi* daqueles que estavam acostumando-se com estabilidade do mundo habitado por uma linguagem que já havia sido decifrada, pelo menos parcialmente. Situamos esse fenômeno como o prenúncio das rachaduras das vértebras do breve século XX, que acabara de brotar do ventre quente e cheio de seguranças utópicas do anterior, eventualmente alcunhado de “século da ciência”.

Nessa multidão, o então jovem herdeiro d’*O Estado de São Paulo* – matutino paulista que foi tomado como uma das principais fontes para estudar os “frementes anos vinte” – anuncia a “derrocada de Rousseau” em sua maneira de ver o mundo, tornando-se um pessimista em relação à natureza humana (MESQUITA FILHO, 1969, p. 63). Com essa determinação e os pés fincados na pantanosa década estudada por Sevcenko em *Orfeu extático na metrópole*, Júlio de Mesquita Filho forjaria os conceitos iniciais que o permitiu lançar-se como uma flecha, no século adentro. O que move esse texto é a busca de compreensão de um personagem da *intelligentsia* brasileira no *locus* de proprietário de um veículo de imprensa como *O Estado de São Paulo*.

Alguns sujeitos, não livres dessa desorientação, buscaram de maneira urgente e em conexão com a prática política, reestabelecer os códigos valorativos e pastorais aos quais eram acostumados. A incidência de manifestos eram absolutamente uma evidência desse desejo de reconstrução duma realidade que parecia disforme e escatológica. O livro *A crise nacional* é a evidência privilegiada desse fenômeno (MESQUITA FILHO, 1925). Seguimos aqui nas trilhas da pesquisa desenvolvida por Nicolau Sevcenko em *Orfeu extático na metrópole*, que dispôs de meios e experiência para produzir um texto que, segundo nossa interpretação, o historiador enuncia uma *presença* sobre a *atmosfera* histórica e condições de existência dos indivíduos em São Paulo do início do século XX. O palco de morada e de engajamentos de Júlio de Mesquita Filho, intelectual e militante de armas e letras, é a metrópole que Sevcenko demonstra estar em um êxtase coletivo, fulgurante em promessas e tentativas de construções de identidades.

Ante a inviabilidade de percorrermos toda a trajetória de JMF atentos para questões de contexto detalhadas, esse esforço é válido ao menos no contexto dos “fremes anos vinte”, temporalidade de início de sua atividade intelectual. O fôlego surpreendente do estudo de Nicolau Sevcenko dá a ver como, depois da primeira grande guerra, as transformações no pensamento, cotidiano e ritmo de vida dos habitantes da cidade de São Paulo foram irreversíveis. Recuperar o solo sob os pés passou a ser uma prioridade de muitos que se propuseram inventar novas ontologias, calcadas nos esportes, carros, edifícios monumentais – em outras palavras, a invenção de novos mitos que desses sustentação a uma vida no século XX, com ênfase na capacidade de sonhar.

Foi exatamente nesse tempo-limite que muitos pensadores ensaiaram interpretações carregadas de sedução para fazer jus às exigências identitárias, imediatas e, de certa maneira, vitais. A turbulenta ordem de tempo dos anos vinte na maior metrópole do país continha entre o nascer e pôr do sol diversos sujeitos como Mesquita Filho, preocupados com as contradições e sulcos desiguais da realidade que confrontavam. Em momento de violenta destruição de referências, e igualmente voraz construção de outros monumentos, as buscas por novos vocabulários políticos por vezes fizeram uso da *tradição*. As referências que escavavam eram vislumbradas em tempos já distantes, talvez apenas adivinhados por trás dos imaginários herdados. Na imagem abaixo, Mesquita Filho aparece ao lado de Rui Barbosa em uma grande aclamação pública ao notório político e intelectual da Primeira República. Nesse momento de violentas transições, em breve a presença do “Águia de Haia” – minuciosamente estudado por Sevcenko – seria substituída por “águias” que tomavam outras armas no lugar

das palavras e a retórica. Era um tempo do privilégio da ação em detrimento do pensamento. Em outras palavras, o jovem Mesquita demonstra ser um entusiasta do estilo de Barbosa, mas este último estava às vésperas de perder o seu capital político, abrindo espaço para um outro horizonte de possibilidades e vocabulários políticos inovadores.



Figura 1: Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e Rui Barbosa São Paulo - abril/1919 (Álbum “Julinho”, acervo da família Mesquita obtido através de Ruy Mesquita Filho em pesquisa realizada em 2017).

Essa fotografia de 1919 conecta o personagem central desse texto àquele palco que se desdobrava na cidade de São Paulo em seu *boom* de metropolização. O que estava por vir depois deste momento em que Mesquita Filho é fotografado ao lado de Rui Barbosa era como uma reação em cadeia canalizados pelo mundo ao qual a cidade estava vivamente conectada. Dentro das efervescências e o espocar de novas maneiras de se relacionar com o mundo, a ontologia dos indivíduos se encantava pela novidade, pelo divertimento. Mas isso, ao mesmo tempo, encontrava resistências, pois o equilíbrio político era conservador. Isso traria uma vasta reação conservadora de moralistas que considerariam a metrópole e os novos formigamentos culturais um espetáculo de decadência moral e da civilização. Muito tempo depois, ao lembrar dessa época, Júlio de Mesquita Filho faria alusão a ter passado a ver o mundo como o “palco das ideias Freudianas”. “O mundo não era mais o de Victor Hugo, de Tolstoi, Pasteur, Wagner, Verdi e Disraeli...”, em reação nostálgica. Era um mundo que

naufragava em suas certezas. Mesquita Filho desejava recuperar ou criar alguma certeza, conforme podemos ver nesse trecho que escreveu:

Pertencço a uma geração que conheceu o mundo tal qual era, antes que sobre ele desabasse o cataclismo de 1914. Conheci, portanto, esse período incomparável da história, em que o liberalismo imperava sem contraste e o socialismo não assumira ainda o feitio agressivo, totalitário e predador que lhe imprimiria a vitória definitiva das tendências marxistas sobre as soluções profundamente humanas defendidas pela escola francesa. O espetáculo de ordem e precisão que nos ofereciam as sociedades europeias de então; as conquistas pacíficas que se sucediam no terreno social; os surpreendentes progressos realizados pela ciência, e com estes a rápida expansão das indústrias e do intercâmbio entre os povos, davam a todos a impressão de que, afinal, havia a humanidade encontrado o caminho capaz de levá-la a paz e a solidariedade entre as nações. Não admira, pois, que todos nós jurássemos pelos postulados rousseauianos e que nos sentíssemos inclinados a ver em nossos semelhantes outros tantos homens de bem (MESQUITA FILHO, 1969, p. 63).

A divisão de um tempo anterior estava situada em torno das doutrinas liberais a que exaltava com paixão indisfarçada. O tempo das utopias e do progresso, quando julgava haver uma paz social ideal. Esse é um sentimento que, ao fazermos um exercício de perspectivismo e olhar aquela ordem de tempo por seus olhos, podemos compreender. Em outras palavras, JMF afirmava olhar o mundo com um olhar de “inocência”, ainda ignorando as agruras do “cataclismo”. Havia razões para o jovem Júlio se encantar pela possibilidade de ver a solidariedade imperar, ao utilizar a mesma sociedade que Rousseau havia diagnosticado como a corruptora de homens para fins de reeducá-los. O próximo trecho desse texto – que é um discurso pronunciado na Universidade de São Paulo em 1948 –, muda para um tom mais sombrio, marcando o prelúdio para um ponto de inflexão, ainda que a retórica permaneça em tom grandiloquente.

Mas, veio a guerra e com ela a hecatombe de Charleroi e de Ypres, do Marne, do Somme e de Verdun. Se, por um lado, fremíamos de espanto ante a atroz carnificina, por outro, éramos empolgados por um religioso respeito ante a beleza inigualável de uma geração que consentia no sacrifício supremo para que não soçobrassem definitivamente os ideais que até então haviam constituído a própria substância da civilização greco-romana. Não conhecia limites o nosso orgulho por vivermos uma época em que se tornara possível o desabrochar de individualidades da elevação moral de um Psichari, de um Guinemer e de um Peguy. A espantosa tragédia parecia redundar no triunfo definitivo de Rousseau (MESQUITA FILHO, 1969, p. 64).

Nicolau Sevcenko (1992) fez uma análise que coincide com algumas das percepções enunciadas por aquele homem a discursar na metade do século do século XX. Segundo ele, a Grande Guerra não foi deflagrada com outro sentimento mais dominante do que o de esperança. A utopia era buscar a construção de um novo mundo, mais justo e mais livre. Isso reflete nas palavras de Júlio, que se regozijava por viver na época de grandes expressões da inteligência humana. A noção de sacrifício dava a poesia para a guerra, a partir da percepção que tudo aquilo era um ato de amor pela humanidade. Apesar das mortes, noticiadas aos milhares, parecia que aquela era a guerra para acabar com as guerras.

Esse sentimento, contudo, se tornaria em breve frio desespero e “ódio visceral à ordem existente”, “um misto de cólera reprimida e impotência”. Isso se deu por conta da carnificina prolongada e a utopia que havia seduzido e permitido ter esperança se esvaiu. Se em 1914 haviam presságios sombrios na Europa, depois da guerra total o mundo estava “dilacerado por conflitos sangrentos, ódios políticos, guerras civis... e a Era da Violência começou”, como escreveu F. L. Carsten em *A ascensão do fascismo* (apud SEVCENKO, 1992, p. 163). A explicação mais aceita é que a Primeira Guerra Mundial foi extremamente traumática porque o imaginário coletivo estava preso a uma noção bélica pré-tecnológica e ninguém “estava preparado para essa magnitude de perdas humanas” (SEVCENKO, 1992, p. 165). É nessa brecha de tempo que um ressentimento generalizado sobre a guerra se estabelece, expresso no epitáfio proposto por Rudyard Kipling para a juventude imolada: *If any question why we died, Tel lthem, because our fathers lied* (SEVCENKO, 1992, p. 166). Como veremos, as lembranças de JMF sobre esse tempo possuem uma sensível aproximação com esse epitáfio.

Por pouco tempo, porém, pois, a pretexto de implantar a justiça social no mundo, a revolução russa eliminaria pura e simplesmente classes inteiras, e para provar a excelência das lucubrações de um profeta em delírio, determinaria o extermínio de trinta milhões de criaturas! Haveis de convir, senhores, que era o bastante para que começasse a vacilar em nós a crença nos ensinamentos do pensador ilustre.

Não parariam, entretanto, aí as nossas decepções. O advento do totalitarismo vermelho nas estepes euro-asiáticas provocaria, como consequência necessária, a explosão do fascismo na Itália e do nazismo alemão. Por uma vez a dialética hegeliana encontrava nos acontecimentos uma aparência de confirmação: à tese comunista, vitoriosa na terra dos czares, respondia o Ocidente, subvertido pela guerra de 14, com a sua antítese, o totalitarismo da direita.

A violência com que irrompera a reação fazia acreditar no predomínio definitivo dos regimes de força. E, ante a inacreditável ousadia dos que negavam a moral e o direito e sob a capa de um pseudo-realismo político, proclamavam como norma sistemática de ação o mais deslavado amoralismo; a democracia, tal qual a havia concebido a civilização greco-latina, recuava vertiginosamente. *Os acontecimentos se encarregavam,*

assim, de oferecer o mais brutal dos desmentidos às teorias que, durante cerca de três séculos, haviam alimentado a crença numa humanidade melhor (MESQUITA FILHO, 1969, p. 64-65, Grifos nossos).

São Paulo era uma cidade em expansão que carecia de identidade ainda inconclusa, sendo “figurada insistentemente refletida num improvável espelho do futuro” (SEVCENKO, 1992, p. 37). A identidade da cidade paulista era inventada a partir de importações de imagens estrangeiras e projeções fantasmagóricas da silhueta paulista nas cidades do exterior. A metrópole nasce híbrida. Esse foi o palco de crescimento para o intelectual proprietário do OESP, depositário de discursos que captam esse clima tão efervescente. A Babel invertida recebe imigrantes de outros países, com sonhos prestes a serem frustrados pela insalubridade dos abrigos que encontrariam pela frente. Muitas línguas, diferenças desagregadoras, um palco fértil para o desespero.

Essa dinâmica efervescente levou a consolidação de mitos e a emergência de “aprendizes de feiticeiros”. Getúlio Vargas foi, como descreveria com precisão Raymundo Faoro, “uma aventura cintilando no horizonte”, fazendo-se um homem vestido de mitologias. A política da República dos conselheiros, depois de 1930, cederia espaço para uma outra elite política travestida de uma nova linguagem. Pensando o quadro apresentado por Sevcenko como um palco de possibilidades no qual Júlio de Mesquita Filho se movimentaria, fazemos um hiato para fitarmos através de fontes do sujeito em questão uma temporalidade próxima que nos permite elaborar reflexões sobre o que consideramos consequência direta desse processo de metropolização paulista nos anos 1920. Nos referimos ao movimento constitucionalista de 1932, olhado a partir da ótica do então dirigente do periódico *O Estado de São Paulo*, que firmou uma acirrada oposição a alguns dos mitos acima referidos, ao mesmo tempo que buscava também consolidar outras mitologias.

“Este Brasil miserável”: O engajamento de Júlio de Mesquita Filho em 1932

Para compreender a conexão entre Mesquita Filho pensador e o homem de armas, é importante remeter ao que escrevera em seu livro *A crise nacional*, ainda em 1925, na metade da década “fremente” tratada anteriormente; neste texto, ele preconiza a criação de uma educação voltada para o que chamou de “constituição das indispensáveis elites intelectuais, a cuja maior ou menor perfeição devem as nações de hoje a sua maior ou menor eficiência na

luta pela existência” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 87). Uma vez que se considerava pertencente a essa “indispensável elite intelectual”, – com uma formação que o autoriza no concerto do pensamento social brasileiro e considerando deter os saberes para ajudar a decidir o destino do país –, se lança como um dos líderes da “Revolução Constitucionalista”⁴ – que segundo José Murilo de Carvalho foi “a mais importante guerra civil brasileira do século XX” (CARVALHO, 2012, p. 100). Investido de tais saberes, parte para o front de batalha contra o governo provisório de Getúlio Vargas, que vinha ganhando ferrenha oposição dos paulistas desde a chamada “Revolução de 1930”, afunilando em 1932 no estado de guerra.

Olhemos agora para 30 de outubro de 1932, quando já havia capitulado o fim do conflito armado, para pensarmos em retrospectiva os desdobramentos. Já presos, Júlio de Mesquita Filho e alguns correligionários recebem a ordem para deixar o Brasil imediatamente. As forças paulistas já haviam sido completamente derrotadas. Direto da Casa de Correição, no Rio de Janeiro, foi conduzido para o porto donde havia de pegar um navio que o levaria para o exílio, em Portugal. Subiu a bordo sem ter podido voltar a São Paulo para despedidas – o fez apenas através de uma carta lacônica, escrita sob vigilância das tropas federais: “[...] São dez horas e não nos permitiram comunicar-nos com vocês [...]. O Brasil assim o quis. Agora é esperar, com resignação. Espero você dentro de uns vinte dias em Lisboa”⁵.

Esse seria o desfecho da guerra que, durante três meses, esteve mergulhada a capital do estado de São Paulo. Não colhera, pelo menos por hora, qualquer êxito ou vitória aparente. A insurgência comandada pela elite paulista fora desencadeada pelo que José Murilo de Carvalho chamou de “permanência do governo revolucionário”, remanescente de 1930, e contou com uma grande mobilização e engajamento dos paulistas. Exilados como Júlio de Mesquita Filho em breve voltariam ao Brasil, já que apesar da derrota do movimento em si, mais tarde se revelaria uma vitória política. Getúlio Vargas perceberia que não seria possível ignorar as elites paulistas (CARVALHO, 2012, p. 100). É, contudo, necessário compreender certos desdobramentos durante esses três meses de conflitos. Nesse intento, será analisada

⁴ Os marcos históricos clássicos aparecem entre aspas para evidenciar uma tomada de posição derivada do argumento postulado por Edgar de Decca em *O silêncio dos vencidos*. Constitui basicamente em não tomar um marco historiográfico – no caso do livro, a chamada “Revolução de 1930” – como um *a priori*, sob pena de escamotear outras narrativas possíveis que não cabem nessa nomeação. DE DECCA, Edgar Savadori. **O silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 38-39.

⁵ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira De Carvalho. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho ao autor deste trabalho.

uma parcela da correspondência entre dois *indivíduos*⁶ que viveram intensamente o conflito a partir de duas perspectivas: Júlio de Mesquita Filho, a ação da batalha; Marina de Vieira Carvalho, esposa daquele, a partir da cidade, dos preparativos e dos engajamentos paralelos à causa.

Seu início é marcado no dia dezoito de julho de 1932. A primeira imagem é de Marina que, debruçada sobre sua escrivaninha, toma da pena para escrever uma carta ao seu marido, que já se encontrava a caminho do campo de batalha. Sua atuação fervorosa demonstra um forte entusiasmo com o movimento em que estão mergulhados “os paulistas”, demonstrando ser alguém também engajada.

São Paulo, 18 de julho de 1932

Julinho,

(...) São Paulo não é uma cidade, é um país dos mais civilizados do mundo! Os estrangeiros residentes aqui estão boquiabertos com o nosso patriotismo, organização modelo de tudo e capacidade de trabalho fantástica!! É lindo e é tristíssimo tudo isto. A partida do batalhão do Pereira anteontem foi tremenda! A estação da Sorocabana estava completamente cheia (principalmente de senhoras) e todos berravam “Viva, São Paulo” feito loucos e choravam ao mesmo tempo. A rapaziada partiu firme mas comovidíssima!! Coisa bonita e que a gente nunca mais há de esquecer! (...)⁷.

É a partir das cartas que sentimos o tom do discurso com que provavelmente conversavam no dia-a-dia sobre o movimento. O início da escrita é enfático, repleto de exclamações. É visível a ênfase com que Marina afirma que São Paulo não é uma cidade, mas sim um país. E não qualquer país, mas um “dos mais civilizados do mundo”. Segundo ela, o patriotismo era algo que os paulistas tinham que era admirado pelos estrangeiros que lá viviam. Ao mesmo tempo, o ressentimento com os que julgava ter abandonado a causa, como nos lança a epígrafe desse texto, em referência a ausência de apoio das outras federações indecisas – Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A cidade de São Paulo aparece na carta de Marina como um centro radiante de desejos, um lugar de construção de identidades.

⁶ A noção de indivíduo cá estabelecida é pensada a partir de Norbert Elias, que considerava os indivíduos como parte de um tecido social, célula que compõe um todo. Essa ideia serve para fundamentar o uso de uma correspondência entre indivíduos para o estudo de dinâmicas sociais maiores em que estiveram inseridas. Ver: ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

⁷ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de Julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

“Na cidade o entusiasmo é cada vez maior. Os postos de alistamento estão repletos e todo mundo quer seguir”, diz Marina em carta do dia 14 de Julho de 1932⁸. No dia vinte do mesmo mês, menos de uma semana depois, escreve novamente para o seu marido: “são seis horas da tarde e eu, cansada de tanto virar máquina fazendo perneiras para soldados, venho, às pressas, dar notícias nossas a você”. A ideia de engajamento aparece nessas escritas de maneira profusa, desde o envolvimento narrado por Marina acerca do alistamento dos soldados até o seu próprio que, circunscrita dentro duma condição de minoria, se põe a virar a máquina de costura até a exaustão, contribuindo da maneira mais direta possível para o funcionamento das tropas constitucionalistas⁹. Esse discurso de comprometimento se mistura com o de saudade dos queridos e aversão aos “ditadores” – “quero ver vocês todos já de volta e os bandidos da ditadura pelo chão!” –, exclama ela, na mesma carta.

No mês de agosto, a conhecida campanha da doação de ouro para a causa paulista está no seu auge. São feitos diplomas para os doadores que financiarão as tropas; as crianças são levadas para se desfazerem das suas peças de ouro. Isso pode ser tomado como evidência do caráter elitista dessa revolta tão festejada pelos paulistas. Até as crianças das famílias que lideravam o movimento possuíam objetos de ouro suficientes para doar. Eventualmente, em 27 de agosto, Marina se diz envergonhada por ainda ter as alianças de ouro do casamento. “Tenho a impressão de que é um pedaço da gente que vai embora. Ao mesmo tempo, quando vejo pessoas de casa já com o anel de ferro, fico meio envergonhada de ainda estar com ouro na mão”.¹⁰ Em detrimento do valor sentimental, decide entregá-las, convencida pelo slogan enfático que dizia: “você tem um dever a cumprir!”, enquanto um soldado, vestido a caráter, mantinha um enorme dedo em riste, postura imperativa que intimava as pessoas a se engajarem (GINZBURG, 2014).

No editorial d’*O Estado de São Paulo* do dia dezesseis de agosto de 1932, intitulado “Ouro para a vitória!”, é anunciado de maneira elogiosa que “o coração da mulher paulistana, a serviço da grande causa, tem se revelado incansável na realização de prodígios”. Decerto, Marina estava em posição dentre as mais honradas entre essas senhoras tomadas pelo que o periódico chama de “magnífico aparelhamento da alma coletiva pela guerra”, ainda que o

⁸ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de Julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

⁹ Nesse momento, as cartas de Marina predominam, provavelmente por Júlio estar ocupado com os afazeres da guerra. Marina parece descontente com a distância: “Coitadas das mulheres que ficam! Quanta coisa tem a gente de engolir, queira ou não queira”.

¹⁰ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 27 de agosto de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

estado de conflito armado fosse tido como um lugar eminentemente masculino.¹¹ É importante lembrar sempre que os sujeitos de todas as épocas não detém conhecimento, tampouco controle sobre o futuro. Contudo, o tom das suas respectivas *escritas de si* apresenta uma notável fé em seus próprios ideais e, muito frequentemente, na vitória dos seus projetos; ao escrever as cartas enviadas em julho, não sabiam os desdobramentos da guerra tampouco o que escreveriam em outubro ou novembro. Buscamos olhar para a escrita de cada correspondência partindo da premissa que as posteriores ainda não existem, numa tentativa de aproximação às perspectivas dos sujeitos enquanto a redigiam. O esforço de compreender o universo mental desses indivíduos nos leva a olhar seus calcanhares, recém-saídos dos anos vinte e a sociedade em que habitavam.

Em análise de contexto, e seguindo a senda aberta pelos estudos de Nicolau Sevcenko (1992), vislumbramos que os anos vinte foram intensos na maior metrópole da América do Sul e se torna rapidamente um terreno fértil para a construção de uma identidade bem demarcada. Júlio de Mesquita Filho escrevera em 1922: “Somos fortes, somos ainda dignos do passado das bandeiras”¹². É nesse momento que o *paulista* emerge, pastoral em relação a si mesmo. O mito do bandeirante-herói-paulista é retomado e vira propaganda para essa revolta que ganha ares e cores de Revolução no imaginário coletivo (HOLANDA, 1995). Essa visão vinha sendo cimentada há séculos por uma vasta iconografia apologética às bandeiras, e chegava ao século XX. O antigo personagem mítico choca-se no presente com as novas mitologias, numa mistura de tempos fantasiosos. Na perspectiva do paulista que marchava para guerrear contra seus irmãos de pátria, ele estava cumprindo um dever quase metafísico, embalado pelos acordes de Orfeu. Nisso, vemos notáveis evidências do processo que Sevcenko (1992) apresenta como a construção de uma identidade forjada nas sombras, como mito.

Em meados de setembro de 1932, a esperança de vitória misturava-se com projeções de hipóteses derrotistas – pelo menos é isso que essa correspondência nos dá a ver. Um absoluto maniqueísmo entre o bem e o mal está instalado entre os “revolucionários”, que acreditam levantar a bandeira que supostamente salvaria o país de um ditador. Adjetivos como “bandidos” são usados para se referir aos inimigos; em suas falas, a derrota da causa constitucionalista se transforma de repente em “desgraça do Brasil”. As cartas dos dias 22 e

¹¹ OURO para a vitória! **O Estado de São Paulo**. 16 ago 1932, p. 1.

¹² MESQUITA FILHO, J. de. A comunhão paulista. RBR, v.21, n.84, p.375-6, dez. 1922. O trabalho de Mesquita mereceu elogios de OLIVEIRA VIANNA, F. J. **A comunhão paulista**. Resenha. RBR, v.24, n.92, p.326-8, ago. 1923.

24 de setembro são categóricas em afirmar tais convicções. Eis o que dizia a correspondência de 22 de setembro:

São Paulo, 22 de setembro de 1932

Julinho,

A vida que estamos levando é verdadeiro martírio! Agora há dias que já começo a desanimar e tenho vontade de chorar de desespero! Enquanto estes bandidos não saírem de Amparo e adjacências, não posso respirar! Como eles são malvados. Agora começa o bombardeio de São Paulo. Por mim não tenho o menor medo, tenho só pena das crianças e com o susto que vão levar se isso de fato acontecer. Armando, apesar de tudo, está mais seguro que nunca da nossa vitória! Diz ele que ela é certa. (...) ¹³.

Os sentimentos que atravessam os personagens apresentam uma revolta aguda. Isso demonstra um momento de conflito com o pertencimento, com a própria nação; as exclamações que saltam do texto dão um alto grau de passionalidade às palavras. A relação indivíduo/país apresenta a dinâmica discutida por Norbert Elias – “os vínculos emocionais do indivíduo com seu país podem ser ambivalentes; muitas vezes assumem a forma de um par amor-ódio (ELIAS, 1994, p. 179) – e o bombardeio de São Paulo pelas forças nacionais provocava o medo e reforçava as paixões. Dois dias depois, Marina envia mais uma carta, reiterando o maniqueísmo e a incerteza acerca do apoio do Rio Grande do Sul. É nesse apoio que deposita suas esperanças de vitória. Na imprevisibilidade dos acontecimentos, esse ponto parece o mais incerto, o mais ambíguo:

São Paulo, 24 de setembro de 1932

Meu querido Julinho

[...] Ainda tenho esperanças que os bandidos não entrem em Campinas, mas se isso acontecer não sei o que será de nós! Se o Rio Grande nos acudisse em breves tempos, aguentaríamos, se não, considere a partida perdida. Isso vai ser a desgraça do Brasil e a nossa também. [...] Isso são conjecturas derrotistas. Nós ainda podemos vencer. Armando está convencido de que vencemos. Mas eu hoje estou meio pessimista [...] ¹⁴.

Seja como for, os rebeldes foram subjugados pelas forças nacionais da União no começo de outubro. Voltamos a nos aproximar da data do exílio de alguns dos líderes do movimento, e entre eles, Júlio de Mesquita Filho. O intelectual formado na Europa, havia tido seu batismo de fogo. Isso forjaria um antagonismo com o governo de Getúlio Vargas que se

¹³ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 22 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

¹⁴ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 24 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

acirraria ou declinaria no decorrer da década, intensificando particularmente com o advento do Estado Novo. Durante toda a campanha, Mesquita Filho havia mandado notícias para sua esposa, porém as datações das cartas não são exatas – apenas se sabe que estão inseridas nesse recorte de três meses. A primeira correspondência de Júlio com data demarcada parte do dia 16 de outubro – menos de duas semanas antes de ser mandado para o exílio. Na sua escrita, narra resumidamente as suas impressões sobre a guerra e fala de suas expectativas para o futuro:

Casa de Correição, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932,

[...] Aqui estamos, na Sala da Capela da Casa de Correição, à espera que sobre nós recaiam as penas que nos reserva a ditadura. Sejam elas quais forem, pode você estar certa de que não as tememos, pois, exceto dois ou três, os demais que aqui se acham para cá trouxeram a disposição de ânimo que aí deixamos na memorável noite em que nos afastamos da nossa querida São Paulo. A coragem com que todos vocês se portaram durante toda a campanha, e sobretudo no instante da nossa separação, faz com que encaremos com serenidade o futuro cheio de ameaças e incertezas que a torpe ditadura nos preparou. A exaltação dos espíritos é tal que as apreensões de toda sorte que por momentos me assaltam não conseguem dominar-me. Vivemos da manhã à alta madrugada numa perpétua exaltação, alimentada pelas recordações destes três meses de epopeia [...]¹⁵.

“A comunidade da prisão já nos uniu e aqui vamos, bem tratados é preciso dizer, atravessando galhardamente este último ato do drama”, prossegue Mesquita Filho. Os depoimentos feitos após a derrota são referidos por ele como um momento para pesar a fidelidade em relação a causa, sendo possível aferir desonra a uns, como o comprometimento irredutível de outros: “Um dos primeiros a depor se portou como um bom poltrão que é. Negou qualquer participação no movimento e, não contente com isso, declarou, mais, que, se soubesse do que se tramava, ter-se-ia declarado inteiramente contrário à revolução”¹⁶ – assim ele adjetivava os “traidores”. Os “heróis”, por sua vez, fazem jus à identidade paulista: “É verdade que a maioria se portou como paulistas, assumindo corajosamente as responsabilidades que lhes cabiam.”¹⁷ Quanto ao próprio depoimento, diz ter enfatizado que havia se determinado a “tudo fazer para pôr para fora das nossas fronteiras os que desejavam transformar-nos em povo escravizado”. A “epopeia” da “Revolução Paulista” partia para a

¹⁵ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

¹⁶ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

¹⁷ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

canonização de uma perspectiva em torno da qual coagularia identidades, conforme estudado pela historiadora Stella Bresciani (2007).

Retomo a ideia que o pertencimento a uma identidade paulista se sobrepõe em relação a brasileira. É essencial, contudo, que concebamos essa “identidade” não enquanto uma categoria fechada, mas como uma mitologia política. Essa preferência se destaca na escrita visivelmente ressentida de Marina em sua carta antes de sair do Brasil, depois da partida de Júlio. Um outro cenário se constrói nessa carta enviada para Júlio de Mesquita Filho quando este já estava em Portugal; planejando ir ao encontro do seu marido exilado, Marina ecoa a voz duma cidade que desejou ser nação:

São Paulo, 19 de novembro de 1932
Meu querido Julinho,
Parece mentira, mas não é: estamos nós prontinhos para embarcar. No dia 5, se Deus quiser, estaremos singrando os mares, como diz o outro. Não fosse a situação tão ruim de tudo e eu iria radiante. Em primeiro lugar, radiante por ir ao seu encontro(...). Em segundo lugar, satisfeita por sair deste **Brasil miserável!**¹⁸

O historiador norte-americano Thomas Skidmore escreveria que a cidade e o Estado São Paulo “tinham um tal complexo de superioridade em relação ao resto do Brasil” que a “apaixonada qualificação de paulistas” era suficiente para se tornar um ponto de convergência entre aqueles a princípio nada tinham em comum (SKIDMORE, p, 36-37). Vimos uma metrópole em polvorosa, mobilizadas por uma causa que demarcaria lugares, e construiria um lastro de memórias para o futuro nas quais aquele complexo de superioridade referido por Skidmore encontraria reforço – de um povo revolucionário, engajado, com a cidadania pretensamente a vários passos do restante do país. Os bisnetos dos “heroicos” bandeirantes emergiriam, belicosos, considerando-se prontos para enfrentar o porvir.

Considerações finais: “São Paulo não é uma cidade, é um país dos mais civilizados do mundo”

Em escritos de José Murilo de Carvalho, é notável o argumento que durante a revolta de 1932 São Paulo se torna um espaço cuja noção de civismo se apura. Nas fontes cá analisadas, através do estudo do engajamento de Júlio de Mesquita Filho, esse civismo mostra-se em relação à cidade e ao estado, e não sobre o país de fato. Na afirmação sobre ser

¹⁸ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 19 de novembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Grifos nossos.

“um país dos mais civilizados”, dá a entender que São Paulo está circunscrito dentro de um país “atrasado”, andando em marcha dissonante de progresso. O itinerário da guerra se atravessa intensamente com militância geral, quando Mesquita Filho estava crente na vitória à revelia dos números que não eram favoráveis à causa paulista. O tom das cartas – ora quase épico, ora trágico –, ilustra a partir de um viés bastante íntimo o que pensavam as lideranças paulistas do movimento que foi chamado por José Murilo de Carvalho de “conservador” (CARVALHO, 2012, p. 100).

Um interessante fenômeno parece influenciar Mesquita Filho, um indivíduo da elite da sociedade paulista nessa época, uma vez que demonstra em um breve espaço de tempo uma recuperação de perspectivas tradicionalistas de sua própria identidade – nadando na corrente contrária das dinâmicas que vinham afetando a vida paulista e a sua aparente diluição de identidades causada pelo “vento das trincheiras” que discutimos anteriormente. Essa guerra civil aparece, no mínimo, como mais um elemento de construção de identidade. A partir de então adquiriria nuances de conciliar a modernização – representadas pela técnica e a indústria – e a tradição do pensamento e sentimento que remetia a um passado distante. Entre os paulistas, a ideia de civilização deu uma guinada em alguns níveis, e várias temporalidades se encontraram no terreno das ideias e subjetividades. Mutações como essa podem se dar no nível de uma Nação até o de vizinhanças; nesse caso, aconteceu em uma cidade brasileira – São Paulo.

As mutações e rupturas de pensamento que forjaram o regionalismo paulista, uma *comunidade imaginada* a partir do conflito com o restante do Brasil, devém da percepção do Outro enquanto espelho que reflete o inverso de si. Este é um elemento construído por mitos, a negação de noções temporais ou espaciais claras¹⁹. Essa “lira de Orfeu” não apenas embalou os sentimentos paulistas por um curto período de conflito, em 1932, mas também causaria a implosão das estruturas mnemônicas anteriores. Anhanguera, Domingos Jorge Velho e Raposo Tavares seriam tomados como elementos a constituir uma memória de uma cidade que se pensava enquanto “Nação das mais civilizadas do mundo”. Essa identidade imaginada faria principalmente os intelectuais de elite apostarem alto em suas verdades e na homogeneidade interna.

¹⁹ Um debate sobre comunidades imaginadas foi protagonizado pioneiramente pelo historiador Benedict Anderson, no qual o autor argumenta que comunidades como as nações possuem data de nascimento em mito das origens imaginado e suficientemente divulgado. Esse imaginário é poderoso, uma vez que as pessoas que compõem tais comunidades passam a dar a sua própria história uma inteligibilidade linear, como se fosse uma “terra prometida” e de passado glorioso. Ver: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Nesse ponto, o personagem Júlio de Mesquita Filho serviu como fio condutor para a análise desse movimento dialético de ações e reações que permearam os anos vinte e penetraram na década seguinte. As forjas de mitos antagônicos que disputaram espaço na cena pública da época se expressa de maneira viva quando Mesquita Filho, ao lado dos seus correligionários, lidera um movimento contra o governo provisório de Getúlio Vargas vestindo, ele próprio, as suas próprias mitologias. Pode se dizer a temporalidade aqui estudada se apresentou como um campo de batalha real e figurativo no qual se digladiaram projetistas de Brasil, tendo em punho as suas ideias cuidadosamente justificadas por argumentos bastante grandiosos. São Paulo, que apresentamos como “cidade mundo”, foi a ambiência de Júlio de Mesquita Filho quando encarnou um projetista de país. Viveu sobre uma atmosfera histórica que, por vezes, terminou sendo hostil às suas proposições ao ponto de ser mandado ao exílio. No fluxo dessas circunstâncias se tornaria um errante pelos próximos anos enquanto o que ficaria conhecido como a “Era Vargas” se consolidava como o projeto sociedade momentaneamente vencedor.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.
- CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 27 de agosto de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.
- CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 22 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.
- CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 24 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.
- CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.
- CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.
- CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.
- CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 19 de novembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.
- DE DECCA, Edgar Savadori. **O silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Júlio de Mesquita Filho. Verbete Biográfico. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>> acessado em 12 de jul. de 2019.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23.
- _____. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004. pp. 157-186.
- GINZBURG, Carlo. “Seu país precisa de você”: um estudo de caso em iconografia política. In: _____. **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução: Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica**: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964). 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.
- MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969.
- _____, Júlio de. Declínio de Rousseau. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969.
- MESQUITA FILHO, Júlio de. “O Estado de São Paulo” e a questão social. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969.
- OURO para a vitória! **O Estado de São Paulo**. 16 ago 1932, p. 1.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. O acaso não existe. In: _____. **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Recebido em 01 de outubro 2019
Aprovado em 09 de janeiro de 2020